

Índios Gavião esperam até o dia 25

Os índios Gavião irão aguardar até o dia 25 deste mês por um posicionamento do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), visando a solução do problema criado pelo assentamento de 38 famílias, dentro dos limites da reserva Mãe Maria. Em reunião anteontem, com o Getat e a Fundação Nacional do Índio (Funai), eles reafirmaram a disposição de interromper o tráfego da rodovia PA-222 (antiga PA-70), danificar a torre da Eletronorte e bloquear a estrada de ferro de Carajás, que corta as suas terras, caso não seja feito o remanejamento dos posseiros para outras áreas.

Ao dar estas informações ontem, o delegado regional da Funai, Salomão Santos, ressaltou, entretanto, não saber se esta é a disposição unânime dos índios, uma vez que na reunião estavam presentes algumas de suas mais expressivas lideranças. Realizado na sede do Getat, em Marabá, o encontro contou com a presença de 20 índios Gavião e do presidente do Getat, Asdrúbal Bentes, que informou ter enviado expediente sobre o caso ao ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, que ficou de manter contacto com o ministro do

Interior, Ronaldo Costa Couto. Nela, ficou acertado o prazo do dia 25.

Todo o problema, lembrou Salomão, começou por volta de 1980, quando o Getat procedeu ao assentamento dos posseiros, dentro da reserva Mãe Maria, o que teria se baseado em uma demarcação realizada em 1966 pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio), com base no Decreto 4.503, de 21 de dezembro de 1943. Pelo Decreto, a reserva Mãe Maria tem 52 mil hectares, e quer seja por ele ou pela portaria 1.820, assinada em janeiro deste ano pelo presidente da Funai, o assentamento incide dentro da reserva, assegurara Salomão.

"O que nós desejamos é que o Getat estude o reassentamento e a indenização dos posseiros, que são inocentes nesta questão, tanto quanto a comunidade indígena" — diz o delegado da Funai. Considera que, se realmente houve erro por parte do SPI, o que se necessita é da apuração das responsabilidades, não só da parte da Funai, mas também do Getat, "que também errou porque não teve o cuidado de fazer a plotagem das coordenadas estabelecidas em Decreto".

Caso haja uma solução contrária às reivindicações dos índios, adverte, "a situação

pode se agravar na região". Salienta que este assentamento funcionou como o estopim de todas as invasões havidas desde então na reserva, o que tem obrigado a Funai "a um trabalho constante de retirada de posseiros, um trabalho desgastante". Segundo Salomão, "o que os Gavião pediram para esclarecer é que apesar da presença na reserva de uma rodovia, de uma ferrovia e de uma linha de transmissão, eles nunca foram ouvidos sobre estes projetos, mas aceitaram tudo pacificamente. Nunca invadiram a terra de ninguém e só pretendem que os brancos não invadam o que é deles".

"Temos que dar um basta nisto" — afirma ainda o delegado da Funai. "Nossa preocupação é evitar que aquilo se transforme numa segunda área Tembê, onde existem 10 mil famílias, fazendas e pessoas que estão até mesmo expulsando os índios". Disse, por outro lado, que encarou com surpresa a demissão do ex-presidente da Funai, Alvaro Villas-Boas e a sua substituição por Apoena Meireles. A seu ver, "estas mudanças constantes na Funai têm causado transtornos, às administrações regionais, porque interrompem um ciclo de atividades, prejudicando os índios das reservas que ser res-

sentem de assistência".

Para ele, é preciso "esvaziar a sede da Funai da pressão dos índios que se encontram lá obstando as atividades do presidente, consumindo os poucos recursos da fundação e prejudicando, inconscientemente, milhares de índios nas reservas". Acentua que, a persistir esta instabilidade no órgão, que já trocou de presidente cinco vezes neste ano, e também a sua escassez de recursos, "se poderá decretar a sua inviabilidade". Mostrou que, apenas há cerca de 20 dias, é que a Funai-PA conseguiu saldar os seus compromissos com o comércio da capital e do interior, o que não fizera antes por falta de recursos.

Salomão Santos, que já colocou seu cargo à disposição várias vezes, diz que todos os delegados se ressentem da excessiva centralização existente no órgão; salienta a necessidade de uma reestruturação da Funai e assinala que o órgão "está ceifado por ideologias divergentes em seu interior". E embora considere que o problema da Funai "não é de pessoas", admite que Apoena Meireles "leva uma vantagem sobre Alvaro Villas-Boas, porque é apoiado por quase todas as comunidades indígenas".